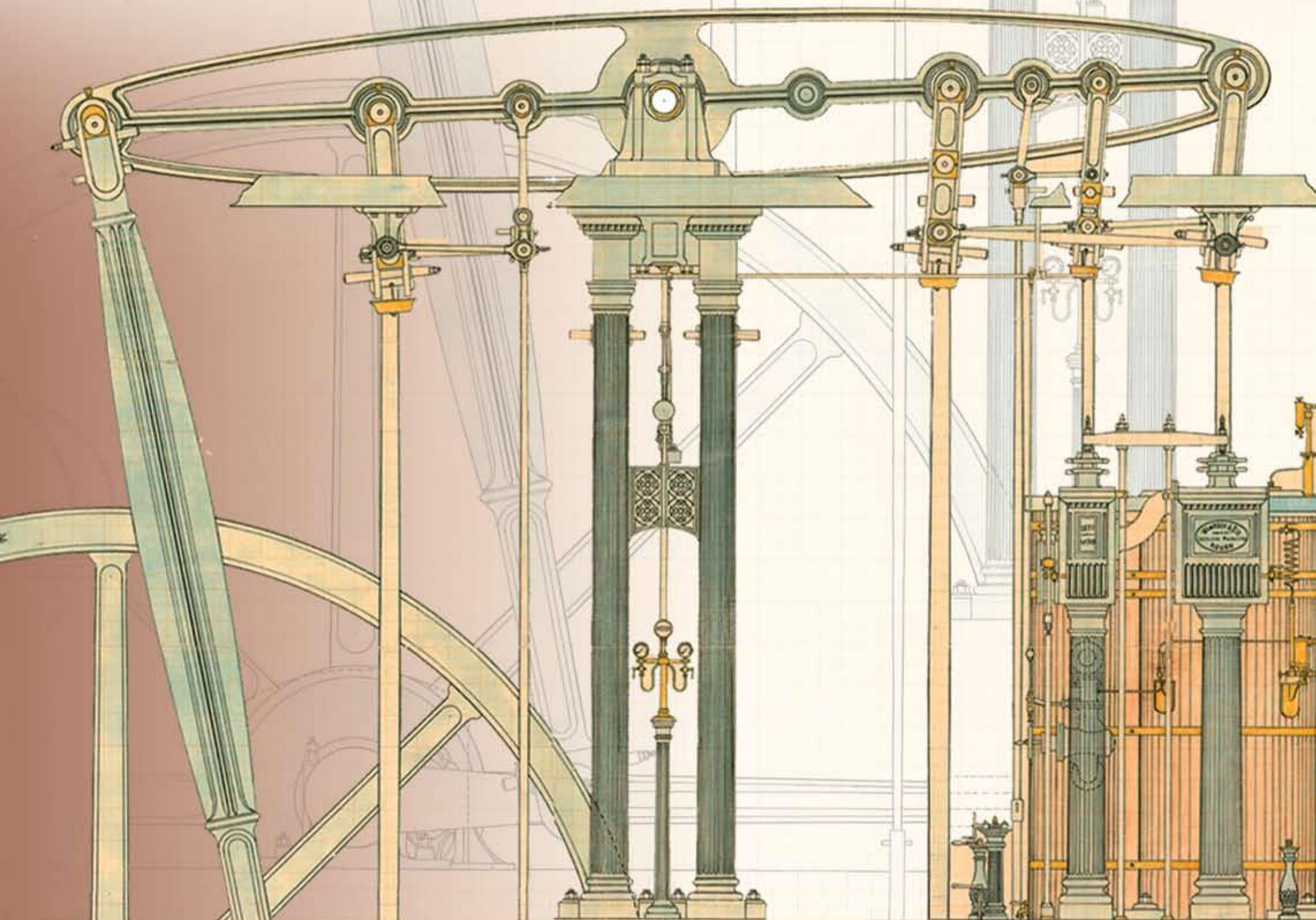




EDIÇÃO
ESPECIAL

EDIÇÃO ESPECIAL | ABRIL DE 2008 | ANO XXIII | PUBLICAÇÃO MENSAL | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | PROPRIEDADE EPAL | DIRECTORA: MÓNICA DE BASTOS ROSA | WWW.EPAL.PT



EPAL 140 *anos*
1868 - 2008

Ao completar o seu 140.º aniversário, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é certamente uma das empresas portuguesas de interesse público, públicas ou privadas, mais antigas do país. Registe-se o tempo de existência: 140 anos.

O número impõe um certo respeito e admiração, além de ter foros de excepcionalidade, sobretudo se atentarmos na transitoriedade característica dos tempos modernos, que remonta à época da sua fundação (1868) e que se vem intensificando até ao presente. Isto é, o facto da Empresa se manter há já 140 anos é, por si só, digno de parabéns, mesmo que esquecêssemos os motivos por que tem perdurado e os episódios que pausaram a sua longa existência. Mas a história das instituições, que é a história dos homens, não se resume a factos consumados e à redondez dos números. O saldo que representa o 140.º aniversário é feito de inúmeras parcelas, de muitas operações, de infinitos actores, internos e externos à instituição, e de infinitas vontades, de incontáveis estratégias e decisões, os quais, em torno do objectivo primordial que é o interesse público, foram entretecendo a personalidade da Empresa que é hoje a EPAL.

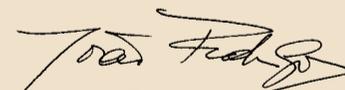
Aliás, é o interesse público a chave do passado, presente e futuro da Empresa. É a grande permanência da instituição, em torno da qual tudo se equaciona e se reequaciona. Foi o propósito de abastecer condigna e regularmente a cidade de Lisboa que conduziu à sua fundação. A partir de então, tem-se desdobrado em mil e uma soluções para manter esse desígnio em constante satisfação, porque dela dependia não só a sua existência como a qualidade de vida das populações lisboetas. E, comprova-o a história, não foi uma tarefa fácil. Viu-se obrigada a estudar e concretizar sucessivos empreendimentos, como o sistema de abastecimento subsidiário das Águas Livres, o sistema Alviela (obra de contornos épicos comparável às Águas Livres, atendendo à época e aos materiais), o Canal Tejo, o sistema de Castelo de Bode, etc., procurando abastecer eficazmente uma cidade e uma população em constante crescimento, que resultou no que hoje se convencionou chamar Grande Lisboa.

Ao perseguir tamanho objectivo, que se confunde com uma das necessidades mais básicas do ser humano, a EPAL viu consolidar-se, ao longo dos anos, uma cultura de ética e competência profissional, sustentada pela sucessão e passagem de testemunho entre gerações, familiares, muitas das vezes, e fez derivar a sua responsabilidade e empenho para áreas onde urge uma mudança de atitude, como é o caso do Ambiente, e cujos resultados dependerão, em grande medida, da sensibilização ecológica das gerações mais novas, através de programas de educação ambiental. A Empresa, indissociável do interesse público, tem de ser capaz de gerar externalidades positivas, indo ao encontro do bem-estar de todas as comunidades e não apenas dos seus consumidores mais directos.

Pelo que ficou dito acima, depreende-se que tem demonstrado e terá de continuar a demonstrar uma efectiva capacidade de inovação e de reajustamento às novas realidades. Os serviços prestados pela EPAL, além de traduzirem necessidades fundamentais das populações, vêem-se na obrigação de adequar a sua resposta a factores de exigência crescente como são o planeamento urbano e o respeito pelo ambiente, para não mencionar o atendimento e informação ao público e a área da cultura e da preservação patrimonial. Antecipar de uma forma avisada é servir melhor em todas as frentes.

E que melhor forma de simbolizar o labor e a história da EPAL nas suas várias facetas (económica, social, cultural) do que comemorar oficialmente os seus 140 anos? Ao celebrar este aniversário, a EPAL convocou o que há de mais intemporal: os seus funcionários, os seus colaboradores, os seus aposentados, a sua administração, enfim, os seus “homens e mulheres”, que, sendo convidados a relembrar a história da Empresa, sentiram certamente a responsabilidade que lhes cabe e a honra que isso significa.

O Presidente do Conselho de Administração


João Fidalgo



Propriedade:
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres S.A.
Publicação mensal - distribuição gratuita
Edição:
Legal nº 8463/85 - Registado na DGCS sob o nº 100 361
Impressão e acabamento
Ligrate - 2 030 exemplares.

Edição Especial Abril 2008
O “AL” agradece a Rita Almeida de Carvalho autora do texto “Da Companhia das Águas de Lisboa à EPAL”, que nos proporciona uma verdadeira viagem pelas águas ao longo de 140 anos. Agradecemos, também, a Fabrice Ziegler pelas magníficas fotografias da festa e a Odete Pascoal autora da fotografia do Coro “Águas Livres”.
O nosso muito obrigado aos simpáticos testemunhos deixados por Pedro Serra, Augusto Pereira Luís, Eugénia Canais, Ana Amélia, Fernando Costa Pinto e José Martins.

O abastecimento de água à cidade de Lisboa

Da Companhia das Águas de Lisboa à EPAL

Rita Almeida de Carvalho



Clarabóia do Passeio dos Arcos sobre uma entrada para o Aqueduto



Um ângulo do tanque interior da Mãe d'Água, parcialmente vazio



Chafariz da Fonte Santa

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres - é hoje uma sociedade anónima, de capitais públicos, detida pelo Grupo Águas de Portugal. É responsável pelo abastecimento de água à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e a outros concelhos situados na margem norte do rio Tejo. Tudo somado, a EPAL abastece cerca de um quarto da população portuguesa.

A EPAL tem a sua origem na Companhia de Águas de Lisboa (CAL), fundada em 1868. Esta substituiu uma outra companhia com a mesma designação, a qual fora criada em 1857, mas que acabaria por perder a concessão do abastecimento de água à capital, já que fora incapaz de, ao contrário do que se propusera, aumentar o volume das águas do Aqueduto das Águas Livres.

Após o 25 de Abril de 1974 a CAL viria a ser convertida na EPAL, sendo então a primeira acusada de não ter sido capaz de fazer corresponder o sistema de abastecimento de água à região de Lisboa às necessidades da população. Esta incapacidade foi imputada ao facto de a Companhia não ter procedido à construção do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras (cujo concurso havia sido aberto em 1972) e aos trabalhos e estudos necessários ao reforço do abastecimento de água à região de Lisboa, quer através do aumento da captação de água no Tejo quer através da captação de águas do Zêzere[1]. Invocou-se ainda como argumento a herança de uma “empresa de estruturas envelhecidas e manifestamente inadequadas” ao seu objectivo, para além do “avultado peso dos encargos financeiros, resultantes das dívidas transitadas da CAL”[2]. Certo é que para a resolução do problema do abastecimento de água à região de Lisboa dois factores parecem ter sido determinantes: o contrato celebrado entre o Estado e a CAL

em 1932; e a conclusão da construção do subsistema de Castelo de Bode, em 1987, passando a capital a ser abastecida com água da sua Barragem.

Se em 1972 ainda só 40% da população portuguesa dispunha de água canalizada não é surpreendente que em 1929 o fornecimento de água às habitações na capital do País, embora obrigatório, não fosse generalizado. Em muitos dos seus bairros, como a zona da Rua Maria Pia e do Arco do Carvalhão, em Santa Isabel, nas zonas pobres da Lapa, em Santos e Santa Catarina não existia água canalizada. Estes locais eram descritos como insalubres, onde muitas vezes estrumeiras e vazadouros se encontravam junto das habitações, o que tinha, necessariamente, implicações sanitárias e epidemiológicas. O abastecimento de água à cidade tornava-se ainda mais complicado no Verão porque, em face do aumento do consumo, o canal do Alviela não fornecia à capital toda a água necessária. Mas, mesmo no Outono, a água continuava a faltar, “não por insuficiência de adução, mas por decréscimo do manancial de origem”[3]. E no Inverno “por causa de infiltrações, desenvolviam-se epidemias, devido ao péssimo estado das canalizações”[4].

Efectivamente, nesta década de 1920, o consumo médio diário de água por lisboeta não ultrapassava os 22 litros, enquanto que nos países mais desenvolvidos chegava a atingir os 150 litros. E mesmo assim a água consumida estava usualmente inquinada, “acusando um quantitativo de colibacilos por toda a parte considerado como exagerado e inadmissível, ainda mesmo tratando-se de águas de superfície”[5]. Foi por esta altura que se começaram a tratar as águas através do método da cloragem, não sem os protestos da população, que reclamava contra o gosto da água. Na década de 1930 este método de tratamento da água

generalizou-se, conduzindo a uma diminuição da taxa de mortalidade.

O abastecimento de água à cidade de Lisboa melhorou consideravelmente depois do novo contrato de 1932, celebrado entre o Governo e a CAL de acordo com as bases definidas no decreto n.º 21 879, de 18 de Novembro desse ano. Era então ministro o voluntarioso engenheiro Duarte Pacheco, o qual, no preâmbulo deste Decreto, chegou mesmo a admitir resgatar a concessão, embora, como aí se diz, preferisse tentar resolver o problema através de um novo contrato com a CAL. No entanto, para que tal se concretizasse a Companhia teria que aceitar integralmente as bases que o Governo lhe propunha - o que de facto veio a acontecer[6]. Nestas bases contratuais, que reservavam o aumento de capital accionista para portugueses, estabeleceu-se um plano de realização de obras dividido em quatro fases: 1) “obras e instalações necessárias para, captando e elevando a água do Tejo na Boa Vista, e lançando-a, depois de depuração parcial por processos mecânicos, no canal do Alviela, próximo de Alcanhões, poder utilizar-se toda a secção de vazão deste canal” - estas obras deveriam estar concluídas até 30 de Junho de 1933; 2) “obras e instalações necessárias para captar, elevar e canalizar mais 80 000 metros cúbicos de água, por dia, para abastecer Lisboa, a zona de trajecto do canal e a zona suburbana, e a ampliação e melhoria convenientes da rede de distribuição da cidade”. Para este efeito havia que juntar as águas do Tejo às águas do Zêzere, através da construção de um dique de represa - estas obras tinham de ser acabadas até 1936; 3) “obras necessárias para trazer do Zêzere em canal próprio e lançar no canal do Tejo mais 55 000 metros cúbicos de água por dia”; 4) “obras necessárias para trazer do Zêzere noutra canal independente e lançar no canal do



Arcada do Canal do Alviela

Tejo mais 50 000 metros cúbicos de água por dia” - a execução destas duas últimas fases não podia exceder três anos. No final desse mês de Dezembro, é então outorgado o contrato, com o qual se inicia o aproveitamento das águas do Tejo e se consagra uma maior interferência do Estado na CAL, decorre da fixação, quer deste plano de obras para o reforço das origens de água quer da obrigatoriedade de proceder à filtração e depuração antes da distribuição. Muito à maneira de Duarte Pacheco, o Decreto n.º 22 181, de 3 de Fevereiro de 1933, vai criar a Comissão de Fiscalização de Obras de Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa, organismo delegado do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, destinado a exercer a fiscalização técnica e administrativa das obras e a elaborar os projectos de obras a fazer por iniciativa do Governo. A referida comissão de fiscalização seria constituída por três engenheiros e um comercialista, todos nomeados pelo ministro, ficando a resolução das questões de carácter técnico que surgissem entre esta Comissão e a CAL a cargo do próprio ministro.

É então na sequência do contrato de 1932 que se dá início às obras para “aumentar os caudais captados, modernizar as aduções, alargar a rede de distribuição e melhorar as condições de armazenamento e elevação e tratamento das águas”; se duplicam os sifões de Alviela, e se começa, em 1935, a construção do Aqueduto do Tejo. Este aqueduto, alimentado por águas aluvionárias captadas da bacia hidrográfica do Tejo, entrou em funcionamento em 1940, transportando as águas desde Azambuja aos Olivais, onde uma estação elevatória conduzia a água às redes de distribuição[7]. A partir de então a rede de abastecimento de água em Lisboa foi alargada aos concelhos de Oeiras, Cascais, Azambuja, Vila Franca, Sintra e Loures.

Mesmo assim havia ainda muito a fazer. Para se ter uma ideia do empenho das autoridades na solução do problema do abastecimento de água às populações, atente-se em dois ofícios da Caixa Geral de Depósitos ao Governo: o primeiro, de 30 de Agosto de 1945, informa que a verba prevista para os empréstimos destinados ao abastecimento de água



Ponte-sifão de Sacavém - Desmontagem das estátuas

representava 40% da totalidade da dívida dos corpos administrativos à Caixa[8]; o segundo, de meados de 1952, informava, por um lado, que os empréstimos utilizados para abastecimento de água às populações ascendiam a 208 132 351\$78[9], valor muito superior à verba prevista no Decreto-Lei n.º 33 863, de 15 de Agosto de 1944[10], que era de 150 000 000\$00, e por outro, que a estes montantes havia ainda que somar os empréstimos concedidos à Companhia de Águas de Lisboa[11].

Se o Decreto-Lei n.º 31 461, de 11 de Agosto de 1941, substituiu todos os contratos e disposições que regulavam as relações do Estado com a Companhia das Águas de Lisboa por um contrato único (determinando embora que a concessão caducaria a 30 de Outubro de 1974), e se os Decretos-Lei n.º 38 665, de 4 de Março de 1952, e n.º 41 354, de 9 de Novembro de 1957, voltam a reformular as bases do contrato celebrado entre o Estado e a CAL, não são substanciais as alterações feitas ao contrato de 1932, o qual conseguiu, efectivamente, contribuir significativamente para a resolução do problema da falta de água para o abastecimento da capital.

É de assinalar, no entanto, o Decreto-Lei n.º 668/73, de 17 de Dezembro, que estabelecia que finda a concessão o serviço público de abastecimento de água seria explorado por uma empresa pública. Para que a transição se fizesse sem sobressaltos, o decreto redefinia as incumbências da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa: acompanhamento da gestão do serviço público e cooperação com a CAL nos assuntos relacionados com a transferência da concessão. Para este efeito, os membros da comissão eram autorizados a assistir às reuniões dos corpos gerentes da CAL e a obter deles todas as informações e esclarecimentos sobre a organização e actividade da empresa. A Comissão ficava obrigada a dar conhecimento ao Ministro das Obras Públicas das diligências efectuadas no desempenho das suas funções; a propor medidas para que a transferência do serviço se realizasse nas melhores condições; e a estudar o modo de integrar o pessoal da CAL na empresa pública a constituir. Competia também à Comissão “aproveitar todos os estudos e projectos realizados com vista a melhorar o serviço de abastecimento de água na região de Lisboa, bem como orientar a elaboração dos planos de desenvolvimento do referido serviço”. A Comissão ficava ainda obrigada a exercer a administração efectiva dos bens e serviços abrangidos pela concessão “no caso de esta se extinguir antes de constituída a empresa pública”. O que, como se verá, veio mesmo a acontecer.



Estaleiro. Lavagem de areia para o fabrico de tubos



Quadro eléctrico de comando e medida da Estação Elevatória dos Olivais



Reservatório Elevado da Penha de França, em construção



Fonte Monumental - Vista Geral

No dia 21 de Maio de 1974, pouco tempo depois do 25 de Abril, a sede da Companhia de Águas de Lisboa foi ocupada. Nas janelas do segundo piso do edifício na sede, na Avenida da Liberdade, foi colocado o seguinte leiteiro:

“Democratização igual a Nacionalização; garantimos total abastecimento, garantimos a livre saída e entrada dos trabalhadores reunidos na sede; exigimos saneamentos”.

Estas vão ser de facto as exigências da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores junto do Governo Provisório: a nacionalização da empresa (sem indemnização do capital accionista), a demissão dos seis administradores, do engenheiro-chefe e do chefe dos Serviços Centrais, e a garantia de que “representações livremente eleitas pelos trabalhadores” fossem aceites como “co-responsáveis pelos destinos da empresa”. Os trabalhadores reclamam ainda contra os “baixos salários, carência de produto e altos dividendos, com manifesto prejuízo para os 1 300 trabalhadores da empresa e para o consumidor”[12]. Examinado o documento, o Conselho de Ministros de 24 de Junho aprovou a seguinte resolução:

“Nos termos da cláusula XVIII do contrato do Governo com a CAL, por entender que se verificara o pressuposto, aí consignado, de interrupção parcial do fornecimento de águas, o Conselho de Ministros deliberou que o Governo assumisse, por intermédio da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, a administração e posse de todas as obras e águas da Companhia, sem prejuízo dos legítimos interesses dos accionistas. Além disso, deverá o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente realizar inquérito, ou inquéritos, aos actos praticados pelos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia e pela Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, na vigência dos contratos de concessão de abastecimento de água de Lisboa, posteriores a 1932, no que diz respeito a: a) à efectiva e cabal satisfação do objecto da concessão; b) à real remuneração do capital, de forma a permitir um juízo de equidade social sobre essa remuneração; c) à política de pessoal seguida pela concessionária”[13].

Poucos dias depois, em face das pressões da Comissão de Trabalhadores, o Governo nomearia uma nova comissão

de fiscalização, e logo após a sua tomada de posse cessou a ocupação das instalações.

Alguns meses depois o decreto n.º 553-A/74, de 30 de Outubro de 1974, data em que o contrato celebrado entre a Companhia de Águas de Lisboa e o Estado caducara, criou a Empresa Pública das Águas de Lisboa. Este decreto definia transitoriamente o regime legal a que ficava sujeito o serviço público de abastecimento de água objecto da concessão do Estado. Como fora previsto pelo já referido decreto de 1973, a empresa é então convertida numa empresa pública. Seria administrada livremente, embora tutelada pelo Governo, para ela transitando os bens, direitos, obrigações e trabalhadores da CAL. A Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa continuava a ser responsável pela administração da EPAL, até que fossem publicados os seus estatutos e nomeados os seus corpos gerentes. O Decreto n.º 116-A/76, de 9 de Fevereiro de 1976, na iminência da publicação dos ditos estatutos, transfere para a EPAL todos os direitos e obrigações da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa. O Decreto-Lei n.º 190/81, de 4 de Julho, promulga finalmente os estatutos da EPAL e determina uma alteração na sua designação: de Empresa Pública das Águas de Lisboa passa a Empresa Pública das Águas Livres, para que o seu objecto social - captação, adução e tratamento de água, sua distribuição domiciliária no município de Lisboa, e seu fornecimento a outros municípios que pertenciam à área de abastecimento da EPAL - não se circunscrevesse à cidade de Lisboa. Em 1991, o decreto-lei n.º 230/91, de 21 de Junho, transforma a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, numa sociedade anónima de capitais públicos e em 1993 foi integrada na AdP - Águas de Portugal.

Bibliografia

CARVALHO, Carlos Nandim de, O actual estado do abastecimento de água a povoações. Dados para a resolução do problema, Porto, Tip. Invicta, 1948
CUNHA, Luiz Veiga da, "Obras de abastecimento de água à cidade de Lisboa", in Boletim da Ordem dos Engenheiros, Ano I, n.º 3, Março 1937, pp. 69-82
CUNHA, Luís Veiga da, "As águas de Lisboa", in Revista da Ordem dos Engenheiros, Ano VI, n.º 54, Junho 1948, pp. 283-307
FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, «Água», Joel Serrão (dir.), Dicionário de História de Portugal, vol. 1, s.l., s.d., Iniciativas Editoriais



Casa de cantoneiro



Estação de Tratamento de Alenquer - Pormenor



Grupo de operários junto de máquina a vapor

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda, Memórias sobre as águas de Lisboa, Lisboa: Imp. Nacional, 1895
 PINTO, Luís Leite, História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa, vol. 1, Lisboa: IN-CM, 1989
 SANTANA, José Firmino, Os Processos de Beneficiação Central das Águas de Consumo e dos Esgotos, Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925
 SILVA, Álvaro Ferreira da, «Público e privado na modernização das infra-estruturas: o abastecimento de água a Lisboa no século XIX», working paper apresentado no XVIII Encontro da Associação de História Económica e Social, Lisboa, Museu da Água, EPAL, 1998

[1] EPAL, 5 anos de actividade – 1974-1979, EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa, s.d., s.l.
 [2] Idem, ibidem.
 [3] Luís Leite Pinto (1972), Subsídios para a História do Abastecimento de Água da Cidade de Lisboa, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 249, 251 e 269.

[4] Câmara Municipal de Lisboa. Actas das Sessões da comissão executiva, ano de 1918, Lisboa: Oficinas Gráficas da CML, 1941, p. 12.
 [5] José Firmino Santana, Os Processos de Beneficiação Central das Águas de Consumo e dos Esgotos, Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925. Cf. Também Augusto Pinto de Miranda Montenegro, Memórias sobre as águas de Lisboa, Lisboa: Imp. Nacional, 1895, p. 11.
 [6] O Decreto n.º 22028, de 24 de Dezembro de 1932, dá conta de que a companhia aceitou a proposta de novo contrato nos termos das bases aprovadas pelo Decreto 21 879, de 18 de Novembro de 1932, com algumas pequenas alterações.
 [7] Maria Emília Cordeiro Ferreira, «Água», Joel Serrão (dir.), Dicionário de História de Portugal, vol. 1, s.l., Iniciativas Editoriais, p. 68,
 [8] AHCGD, Ofícios, 1944-1945, Administração, Livro 6.
 [9] “Empréstimos utilizados para obras de abastecimento de águas, posteriormente a 15 de Agosto de 1944 a 30 de

Junho de 1952” - Documento enviado a Salazar pelo Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças, IAN/TT, AOS/CO/FI-38, fls. 39 e ss.
 [10] Este decreto teve por objectivo impulsionar o abastecimento de água potável em todas as sedes dos concelhos (à excepção das Ilhas Adjacentes), autorizando as Câmaras Municipais a contrair empréstimos junto da Caixa até 50% do encargo total das obras,
 [11] A título ilustrativo, um ofício de 3 de Abril de 1950 autoriza um empréstimo de 20.000 contos à Companhia de Águas de Lisboa. Este crédito, ao juro de 4%, destinava-se ao reforço dos fundos destinados à realização das obras complementares de abastecimento de água à cidade de Lisboa. AHCGD, Ofícios, 1950, Administração, Livro 11. Os empréstimos que a Companhia de Águas iria contrair para este efeito junto da Caixa Geral de Depósitos foram regulados pelo Decreto-Lei n.º 35.827, de 26 de Agosto de 1946.
 [12] Diário de Notícias, 22 de Junho de 1974.
 [13] Idem, 26 de Junho de 1974.

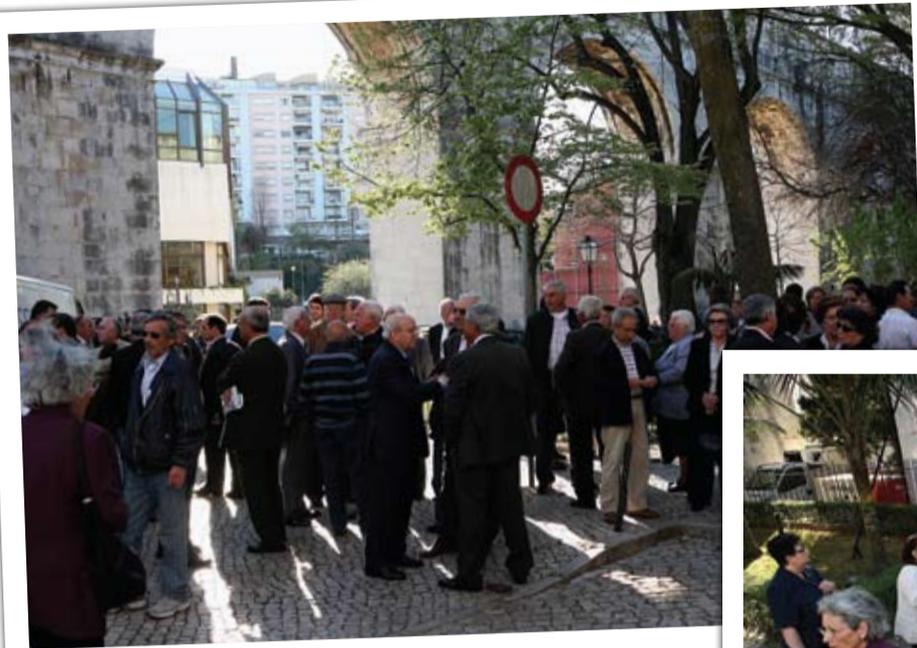


Torre de Tomada de Água de Castelo de Bode - Pormenor da construção



Crianças no jardim da Colónia de Férias

Boas-Vindas



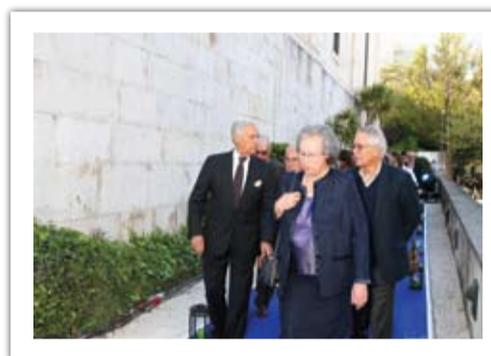
▼ Entrada dos primeiros convidados



▼ A manhã na Sede já tinha sido muito animada com bolo para os Clientes



▼ O tapete azul por onde passaram mais de 500 pessoas



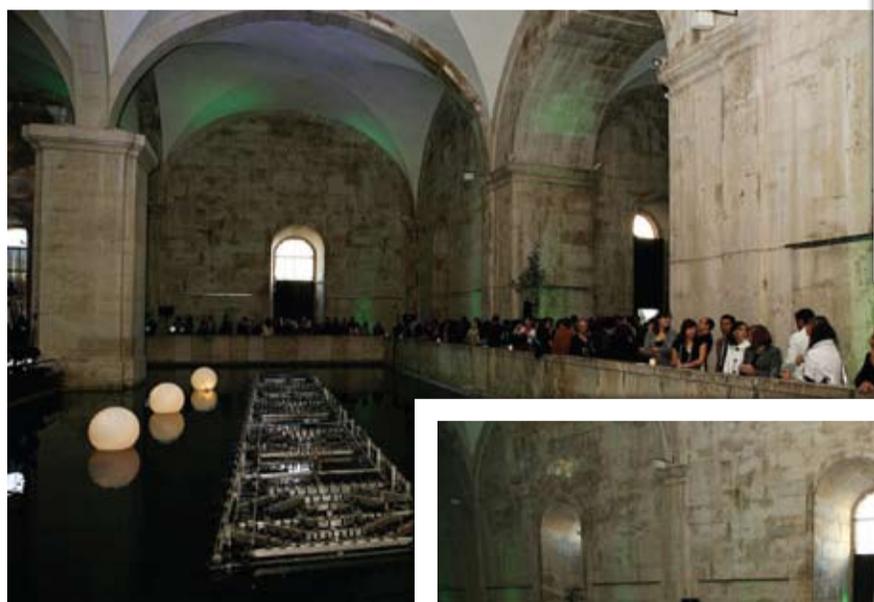
▼ Reencontro de velhos amigos



▶ Ao som de música ao vivo, põe-se a conversa em dia



▼ Ambiente no exterior da Mãe d'Água



▼ Todos aguardavam ansiosamente o começo do espectáculo



▼ Nunca o Reservatório acolheu tantas pessoas

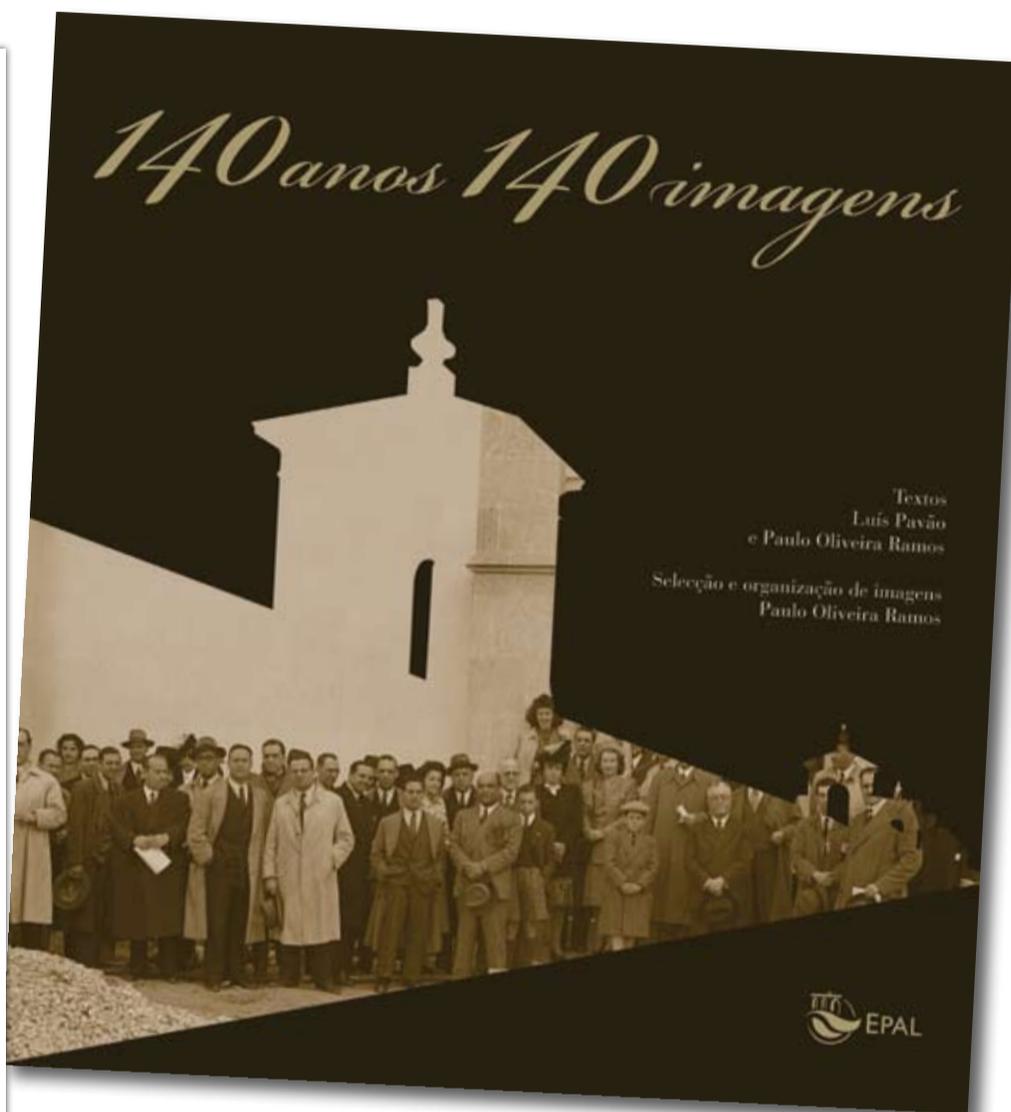


▼ Do palco flutuante chegava a melodia de uma harpa

19h30 – Presidente abre oficialmente a festa dos 140 anos da EPAL



▼ João Fidalgo dá as boas vindas aos convidados e apresenta o livro “140 Anos, 140 Imagens”



▼ Livro “140 Anos, 140 Imagens” foi o presente da EPAL para todos os Trabalhadores

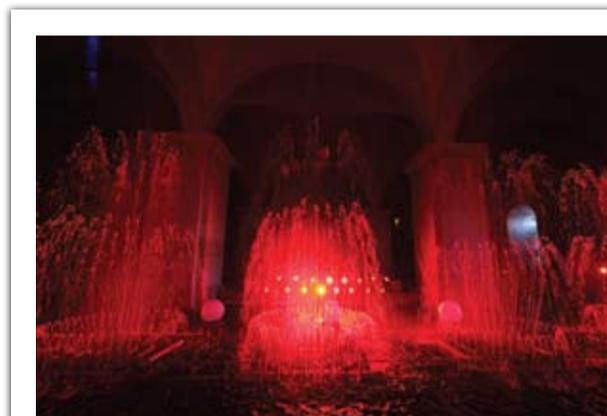
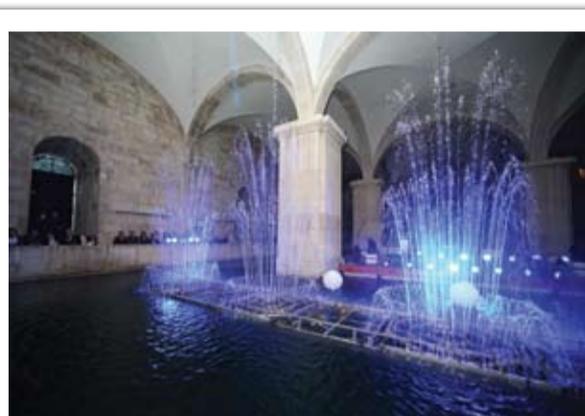
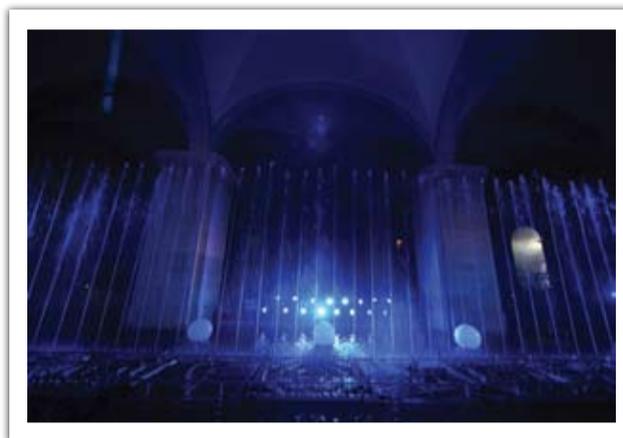


▼ Conselho de Administração - João Fidalgo, António Bento Franco, Jorge Loureiro, José Manita Vaz e Rui Godinho

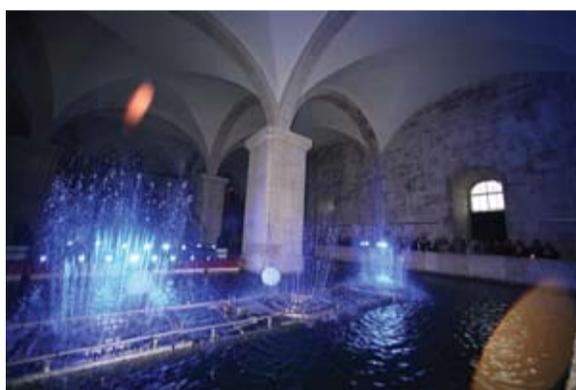


▼ Colegas do Conselho cumprimentam-se

19h45 - Espectáculo aquático com cortina de água, fontes cibernéticas e projecção do filme Vidas EPAL



▼▲ Fontes Cibernéticas. Águas que dançam ao som da música



► Cortina de Água - A tela é a água. As imagens são da EPAL



▼ Projecção do filme "Vidas EPAL"



▼ A admiração espelhada nos rostos



▼ A simbiose da água e do fogo

20h15 - Concerto do St. Dominic's Choir



▼ St. Dominic's Choir sobe ao palco



▼ Um interessante jogo de luzes durante a actuação



▼ O coro convida todos a cantarem consigo



▼ Cantam os "Parabéns" à EPAL

20h30 - Feliz Aniversário EPAL



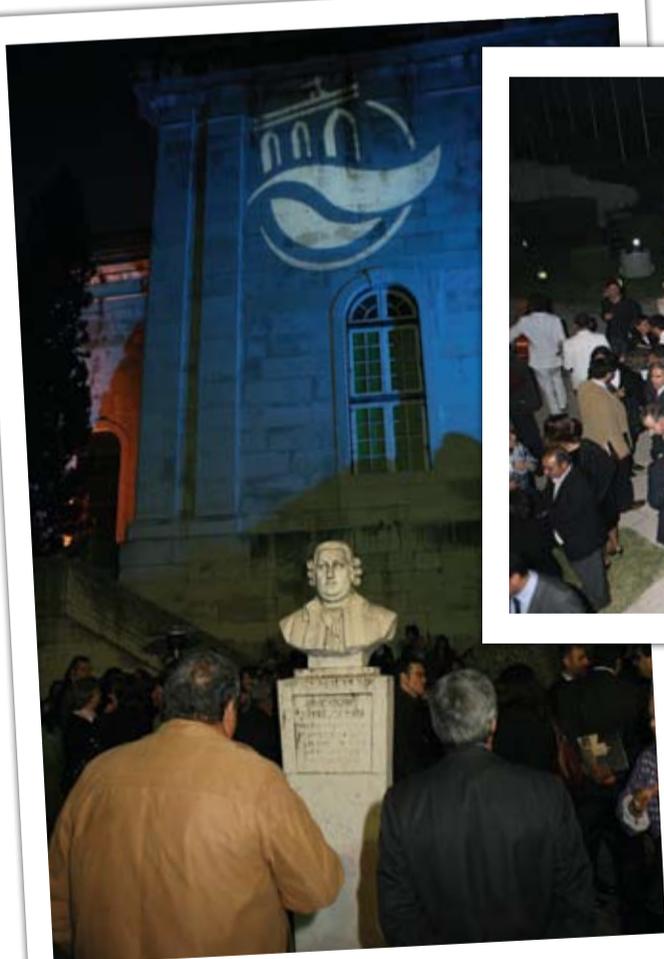
► Bolo de Aniversário com a imagem dos 140 anos



▼ Presidente da EPAL corta a primeira fatia



▼ Serve-se o champanhe e faz-se o brinde



▼ Serpenteado de cores



▼ A noite continuava muito animada



▼ O logotipo projectado na Mãe d'Água

E assim chegou ao fim...



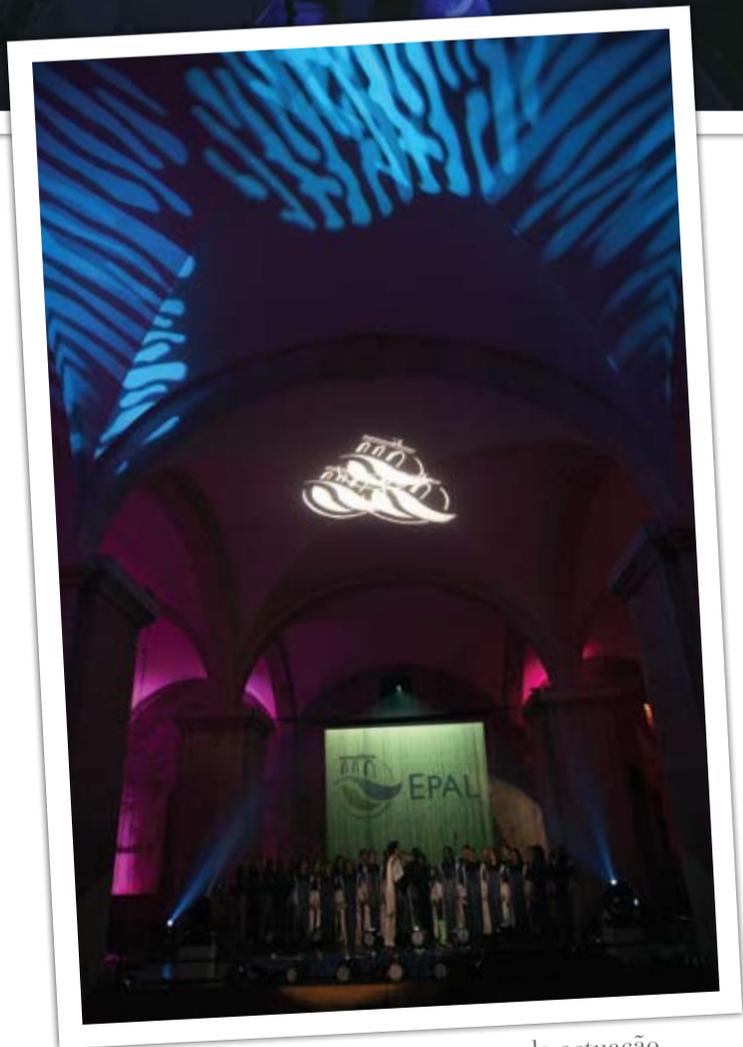
▼ Quem preferiu manter-se no jardim, pôde assistir a tudo pelos plasmas



► A mesa com o Livro de Honra



► Lá dentro o espectáculo repetia

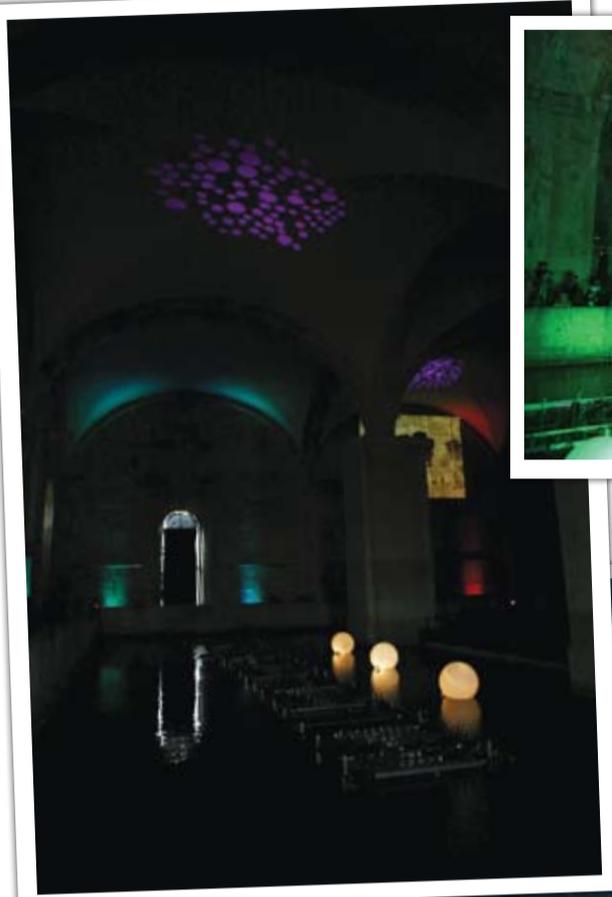


▼ O coro começava a sua segunda actuação



► Muitas foram as mensagens lá deixadas

Dias 3, 4 e 5



▼ Durante estes dias a Mãe d'Água recebeu cerca de 2 500 pessoas

► Todos tiveram oportunidade de ver o espectáculo da água



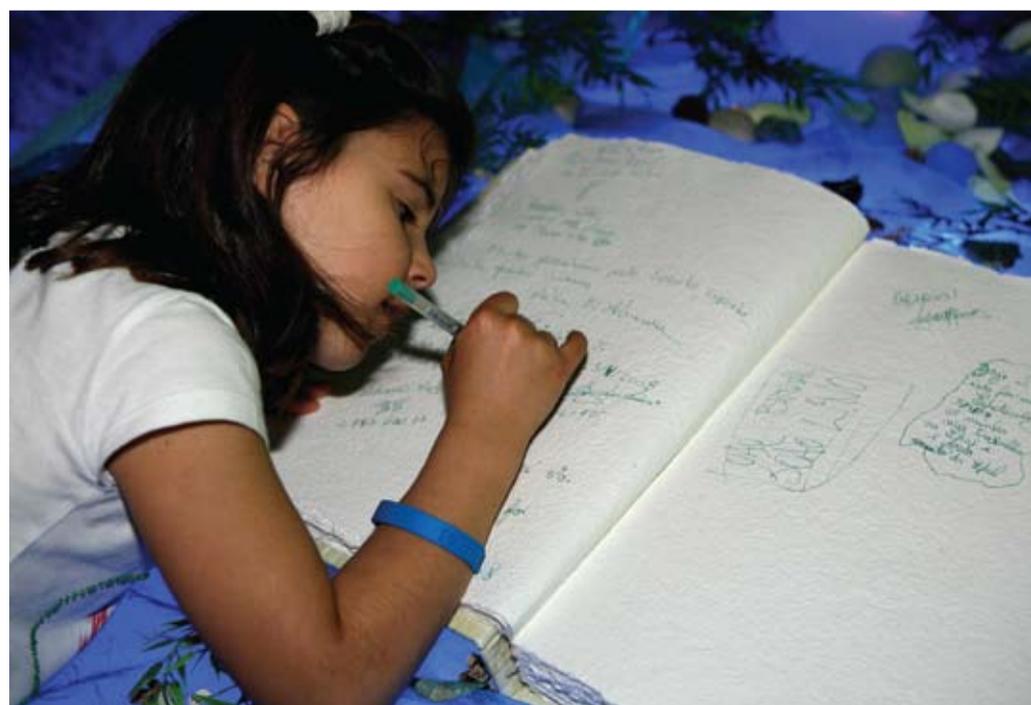
▼ O entusiasmo continuava



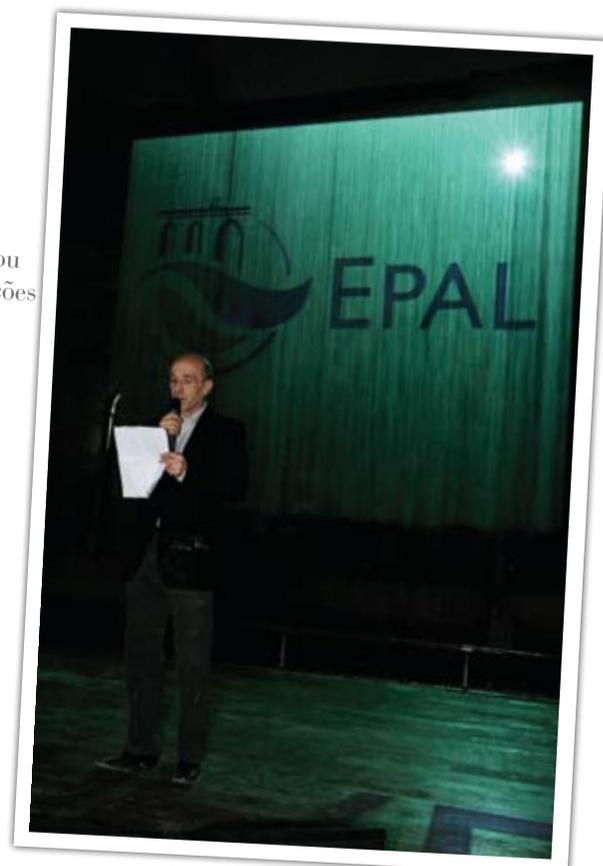
▼ O coro "Águas Livres" também marcou presença nesta data tão especial



▼ Foram colocadas cadeiras no átrio para maior comodidade



▼ Até os mais novos quiseram deixar marcada a sua presença



► José Manuel Zenha encerrou as comemorações



Pedro Serra

Presidente
da Águas
de Portugal

Foi uma festa notável, a dos 140 anos da EPAL. Desde logo pela propecta idade celebrada, mas também pelo local escolhido para as celebrações: o Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras, cuja conclusão permitiu receber e distribuir as águas aduzidas pelo Aqueduto das Águas Livres transformando-se numa componente essencial do abastecimento de água à capital do reino. A história da EPAL, retratada no livro "140 Anos, 140 Imagens" lançado por ocasião desta celebração, ilustra a importância da actividade da Empresa, nascida "Companhia das Águas de Lisboa", para a qualidade de vida das populações através da alimentação de água, sempre melhorada através dos tempos e até hoje, à cidade de Lisboa.

Integrar uma Empresa com um capital histórico e social tão vasto e significativo como o da EPAL é um motivo de grande prazer e orgulho. E foi esse orgulho que senti existir em comum nas mais de 500 pessoas que participaram na festa de 2 de Abril e que, de uma forma ou de outra, também sentem como seu o património desta grande Empresa.



Ana Amélia

Responsável do
Departamento
de Novos
Abastecimentos

Foi com enorme prazer que escrevi estas linhas, não deixando, no entanto, de sentir a responsabilidade que o próprio tema impõe, com tão extensa história.

Seria, contudo, uma omissão imperdoável não associá-lo a Lisboa, pois foi também nesta bela cidade que se reflectiram alguns dos factos notáveis da nossa história nacional. A constituição da CAL – Companhia das Águas de Lisboa, no século XIX, não deixa também de ser notável, a qual chega aos nossos dias na forma de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres e já com uma bonita idade de 140 anos.

Limitar-me a enumerar os acontecimentos e realidades, numa cronologia abreviada ou seleccionar os principais, seria repetir matérias do conhecimento de todos, opto assim por me focar no acontecimento mais recente, a Comemoração do 140º Aniversário da EPAL, que teve lugar, no dia 2 de Abril de 2008, na Mãe de Água das Amoreiras, também só por si, um lugar impregnado de história.

Não posso deixar de referir o sentimento de pertença de que fiquei imbuída ao sentir o passado e o presente a desfilar à minha frente, tanto em convidados como no espectáculo multimédia sobre "uma cortina de água", projecções de luz, fontes cibernéticas, som e imagens, em instalações históricas. E se na eventualidade de no final daquele agradável fim de tarde, ainda subsistissem dúvidas, fomos presenteados com uma bela prenda de aniversário de 194 páginas, que como alguém escreveu, nos leva a embarcar numa agradável viagem pela EPAL.

Nestes termos e para finalizar gostaria ainda de valorizar a óptima ideia e o excelente trabalho de preparação, o qual certamente proporcionou a todos os presentes momentos muito agradáveis de confraternização.



**Augusto
Pereira Luís**

Antigo
Presidente
da EPAL

Pede-me a Directora do "Águas Livres" algumas palavras alusivas aos 140 anos da EPAL para uma edição especial daquele excelente órgão de comunicação interna da Empresa.

Desde logo cumpre felicitar a EPAL, seus dirigentes e Trabalhadores que, no presente souberam festejar e recordar o passado, projectando para o futuro a própria Empresa.

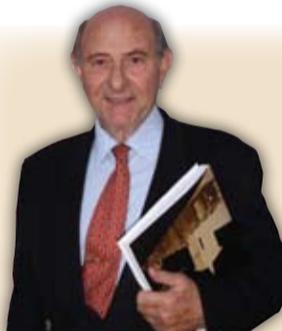
É que, não tem futuro quem não souber reconhecer e honrar o passado. E o passado da EPAL, honra todos quantos por lá passaram mas também representa uma responsabilidade acrescida para os que vivem o dia-a-dia da EPAL com o olhar no amanhã.

E este, por definição, é sempre mais incerto e difícil que o que já foi.

Ainda assim, cumpre confiar que os presentes e as novas gerações, com inovação, criatividade, rigor e espírito de servir, caldeados pela plasticidade implícita na capacidade de adaptação dos seus Trabalhadores e da Empresa, saberão enfrentar o fluir do tempo, continuando a prestar aos seus concidadãos um serviço essencial para a saúde, qualidade de vida e bem estar das populações, com segurança e garantia de qualidade da água e assegurando a universalidade do serviço prestado.

Esta é ainda uma responsabilidade social da EPAL, seus Trabalhadores e organizações representativas, independentemente da forma jurídica pela qual a Empresa se apresenta perante os seus Clientes, sem descurar uma utilização eficiente dos recursos que, sendo escassos são económicos. Naqueles se inclui o próprio objecto da actividade principal da EPAL: a água potável.

Bem hajam e obrigado



**Fernando
Costa Pinto**

Antigo
Administrador
da EPAL

A EPAL é parte integrante da minha vida há já muitos anos.

São também muitas as histórias de quem já foi Director de Projectos e Obras, Vice-Presidente e Administrador do Conselho de Administração. Umas mais felizes, outras mais complicadas, mas no final o que tenho a recordar e o balanço que posso fazer é, sem dúvida, bastante positivo. Aqui conheci gente de muito valor, que em muito contribuiu para o progresso da Empresa, e que me acompanhou em grandes projectos.

Ter estado presente na cerimónia e nos festejos dos 140 anos de uma "casa", que considero também um bocadinho minha, foi motivo de grande alegria e orgulho.

Revi amigos, recordei momentos que passámos juntos e, é claro, apreciei imensamente a bonita festa que havia sido preparada.

Esta festa, para além de marcar uma data já com grande peso na vida de qualquer empresa foi, acima de tudo, uma forma de juntar todos os que contribuíram e continuam a contribuir para que a história da EPAL se continue a fazer.

Reitero a minha satisfação por também eu fazer parte dessa história.



**Eugénia
Canais**

Reformada
da EPAL

Entrei para a EPAL em 1943 e reformei-me aos 63 anos, em 1989. Tive a oportunidade de estar presente na comemoração dos 100 anos da Empresa, que foi bastante diferente da festa dos 140.

Na altura fez-se um jantar de confraternização, onde se juntaram todos os Trabalhadores da Companhia. Não houve espectáculo, nem os belíssimos jogos de água que pude ver, desta vez, e que muito me agradaram. Só por isso, já valeu a pena estar presente, embora não tenha reencontrado algumas pessoas que estiveram comigo no 100º Aniversário.

De qualquer modo, ainda reencontrei amigos como o Eliseu Prazeres, o Pinhão, a Fernanda Nini, com quem também estive na outra festa.

Havia agora muitas pessoas que já não conheço. Já saí da EPAL há muito tempo e a vida está muito diferente. Tenho saudades dos anos idos e também de algumas pessoas. No entanto, continuo a encontrar-me com amigos e Colegas do meu tempo.

Estas comemorações são muito importantes, pois as pessoas têm a oportunidade de contactar mais umas com as outras. Cria-se amizade e companheirismo, factores de extrema importância para um bom ambiente no trabalho.

Adorei o reencontro com a Empresa e, quem sabe, estaremos novamente juntos nos 150 anos da EPAL.



José Martins

Trabalhador
da EPAL

A EPAL comemorou este ano o seu 140º Aniversário;

O evento que teve o seu ponto alto nos vários espectáculos, tendo como cenário a imponente Mãe d'Água das Amoreiras, teve momentos espectaculares.

A organização na generalidade foi de facto "cinco estrelas", atenta a todos os pormenores e quero, desde já, felicitar todos os nossos/as colegas envolvidos/as quer pelo empenho, quer pela simpatia; um reparo no entanto, à ausência dos nossos colegas dos recintos fora de Lisboa.

Porque 140 anos da vida duma Empresa como a EPAL, têm o peso que têm, penso que se justificaria plenamente que a EPAL tivesse disponibilizado transporte ou organizado um percurso para apanhar os Trabalhadores dos Recintos de Asseiceira, Vale da Pedra, V. Franca de Xira, em qualquer dos dias das comemorações (que poderia até ter sido o sábado), teria realmente proporcionado um excelente momento a todos os que nesta empresa Centenária trabalham e muito se orgulham da sua Idade, e que pelos mais variados motivos, que não vale a pena no momento salientar, não tiveram possibilidades de comparecer e concerteza que não seria mais essa despesa que iria onerar o orçamentado.

Tirando este senão, quero explicitar os meus Parabéns à EPAL, a todos os que compareceram, aos ausentes involuntariamente e a todos os que deram o seu contributo para tornarem este momento da vida da Empresa tão belo.

Jantar de Presidentes da EPAL

João Fidalgo, convidou para um jantar, todos os Ex-Presidentes da EPAL.

Pela primeira vez, vemos reunidas as várias gerações de representantes dos diferentes Conselhos de Administração



▼ Antes do jantar, cruzam-se conversas



▶ João Bau, Frederico Melo Franco, Augusto Pereira Luís, Joaquim Poças Martins, João Fidalgo, Carlos Nandim de Carvalho, Manuel Van Hoof Ribeiro, João Bártolo e Luís Machado



▼ João Fidalgo, actual presidente da EPAL



▼ Carlos Nandim de Carvalho



▼ Todos receberam uma miniatura, em cristal, da Mãe d'Água e uma medalha comemorativa dos 140 anos da EPAL



▼ Manuel Van Hoof Ribeiro e Luís Machado



▼ João Bártolo



▼ João Bau e Frederico Melo Franco



▼ Augusto Pereira Luís e Joaquim Poças Martins



▼ Já sentados, é tempo de dar início ao jantar

